(p. 165). Walzer acaba por revelar um pressuposto maquiavélico: a moral ou a teoria do intelectual são menos importantes do que as circunstâncias históricas; por vezes, não defendemos teoricamente uma dada acção, mas os condicionalismos do momento acabam por determinar o nosso apoio. Com esta atitude, Walzer traça a diferença essencial entre a esquerda anglo-saxónica e a esquerda da Europa continental. Os *liberais* anglo-saxónicos contemplam a hipótese de *mal menor* histórico, que advém da compreensão de que raramente existem *boas* opções teóricas no mundo da política. Encaram o mundo tal como é. Ao invés, a esquerda continental, quinze anos após a queda do muro de Berlim, continua a pensar que existe uma ordem ideal, um princípio regulador e universal com a capacidade para harmonizar o mundo. Hoje esse princípio unificador, essa atitude epistemológica que transforma a noção pluralista «o mundo tal como é» na predisposição monista «o mundo tal como deveria ser», consiste no direito internacional cosmopolita[19].

HENRIQUE RAPOSO

[19] Como é notório, no desenvolvimento deste posicionamento crítico estamos a seguir o legado de Isaiah Berlin. Provavelmente, a grande demanda da vida académica de Berlin terá sido a destruição da tendência para o *universal* e para a *unidade* do racionalismo (religioso ou ateísta) ocidental [v., por exemplo, Isaiah Berlin, «A originalidade de Maquiavel», *in* Isaiah Berlin, *A Apoteose da Vontade Romântica* (trad. Teresa Curvelo), Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, pp. 43-99, e *A Busca do Ideal* (trad. Teresa Curvelo), Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, pp- 43-59].

João Pissarra Esteves, **Espaço Público e Democracia, Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais,** Lisboa, Edições Colibri, 2003.

De uma obra extremamente rica em reflexões sobre o estado da comunicação social de massas e da política nas sociedades democráticas dificilmente se pode escrever um texto em forma de recensão que faça jus a todas as dimensões abordadas. O texto aqui escrito resulta assim de uma interpretação pessoal, seleccionando apenas alguns aspectos, sem pretender fazer uma apreensão global da obra, mas apenas um exercício de preferências resultante de um percurso marcado por várias outras leituras.

Pissarra Esteves centra-se no contributo dos *media* para a discussão de temas como o espaço público, as identidades sociais, o poder, a ética e a moral da comunicação. Aborda ainda as possíveis configurações de uma sociedade civil mais esclarecida através dos novos *media* de informação, como a Internet, e propõe um modelo baseado numa democracia deliberativa como forma de ultrapassar as limitações da democracia de massas, chamando a atenção para a necessidade de uma perspectiva de análise mais ampla que, além da dimensão funcional e performativa da política, tenha em vista também as questões éticas e morais, isto é, a dimensão que tem como referência os próprios indivíduos.

Para o autor, a formulação dos problemas éticos da comunicação é importante para questionar e ajudar a encontrar formas de restabelecer junto do público a credibilidade dos *media* (entretanto perdida ou ameaçada). Por isso é importante desmistificar alguns dogmas mais recorrentes nos estudos da comunicação, até porque, apesar da intervenção do mercado e do Estado, os *media* modernos nunca chegaram a abandonar por completo a sua aspiração de proporcionarem uma verdadeira comunicação pública, livre e autónoma.

Como assinalou Herbert Marcuse[1], a linguagem puramente constativa é algo que não existe, mas, segundo Pissarra Esteves, «alguém nos quer fazer crer o contrário» e algo que circula nos discursos públicos faz-se passar por isso, é a «linguagem da administração total», do discurso fechado», que não demonstra, não explica — transmite a decisão, o *diktat,* a ordem» (p. 17). Esta situação não tem a sua origem nos *media,* sendo mais provável que o seu enraizamento se situe nas próprias relações sociais. A sua manifestação não é exclusiva das formas de comunicação mediática; está presente ao nível das trocas comunicacionais, em geral, que atravessam as sociedades. Contudo, «nada disto invalida, tendo em consideração a enorme visibilidade e destaque que os *media* assumem, que esta patologia se manifeste neles de forma mais acutilante» (p.18).

Efectivamente, os *media* apresentam-se cada vez menos como instâncias mediadoras da vontade colectiva dos cidadãos e como um espaço simbólico onde as tensões e os conflitos deveriam adquirir visibilidade, apresentando-se cada vez mais como um domínio de intervenção por excelência de dispositivos performativos, uma espécie de máquina geradora de «soluções» ditadas por regras de eficácia. Ainda que esta regra de funcionamento dos *media* ocorra mais na área da programação do que na da informação, esta última também é um reflexo desse *modus operandi*. Como refere Tuchman num estudo sobre produção das notícias, também estas se «apoiam e, simultaneamente, reproduzem as estruturas institucionais […] as notícias são realizações artificiais produzidas de acordo com padrões particulares de compreensão da realidade social. Estes padrões constituídos como práticas e processos específicos de trabalho legitimam o *status quo* e, nessa medida, as notícias tornam a realidade social opaca em vez de a revelarem» (Tuchman, 1980). Certas técnicas servem apenas para iludir, como é o caso do «directo», onde «são dissimuladas as questões da selecção e do tratamento da informação, da construção do real a partir de factos e opiniões, escolhidas e disponibilizadas sob a forma de texto, sons ou imagens»[2]. O que significa que sob a aparência de simples transmissão são

[1] Marcuse, *L'Homme unidimensionnel,* Paris, Minuit, 1968.

[2] Boris Libois (1994), *Ethique de l'information, in* Pissarra Esteves, *op. cit.,* p. 21.

veiculados sub-repticiamente os mecanismos de dramatização de factos, acontecimentos e situações.

Os *mass media* têm uma enorme influência sobre a agenda pública. Este poder ficou conhecido como *agenda setting,* ou seja, a capacidade que os *media* têm de decidir, não o que as pessoas devem pensar, mas sobre que assuntos devem pensar. Este sistema de prioridades sociais que o público toma como suas pode, assim, ser conduzido e controlado. Mas, de um modo geral, a pesquisa sobre este tema revelou-se incapaz de equacionar as implicações políticas de tal poder dos *media* — o processo de *agenda setting* não é politicamente inócuo. A pesquisa tem tomado como natural algo que é do domínio do contingente: a capacidade não democrática do agendamento, que corresponde a uma dada estrutura económica e política de organização dos *media*. Para Pissarra Esteves, o problema está enraizado na própria constituição da agenda dos *media,* isto é, «o processo deliberativo de discussão pública é influenciado pelo agendamento dos *media,* mas ele próprio tem de preservar a capacidade de influenciar esse mesmo agendamento, sob pena de se esvaziar e desacreditar politicamente» (p. 39).

A esfera da comunicação controla praticamente todo o fornecimento de informação e comunicação de interesse político e praticamente todo o fluxo de mensagens da esfera política em direcção à esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela sobre a realidade política para a maioria dos cidadãos. Por isso, acredita-se que a comunicação social tem influência na formação das imagens e opiniões políticas, que podem interferir directamente nas eleições e na constituição dos governos. Como explica Tuchman, «o acto de produzir a notícia é o acto de construir a própria realidade e não tanto a imagem da realidade» (Tuchman, 1980, p. 24).

Além disso, os *media* influem na percepção individual do que pode dizer-se ou fazer-se sem correr o perigo do isolamento. Noelle-Neuman explica o medo do isolamento social através do conceito de «espiral do silêncio», que seria um processo de criação e propagação da opinião pública e uma espécie de manutenção de consensos sociais sobre valores e objectivos comuns. Neste aspecto, o poder da opinião pública é tão grande que não pode ser ignorado, procedendo da ameaça de isolamento que a sociedade dirige contra os indivíduos que se coloquem contra a corrente.

Com efeito, se os *media* contribuem para limitarem o isolamento, são eles, em grande medida, que contribuem para o criarem, pois ajudam à transformação dos públicos diferenciados em «massa», onde cada participante é um mero recurso de mercado, e não um verdadeiro interlocutor. Para Hannah Arendt, «a principal característica do homem de massas não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a falta de relações sociais normais» (Arendt, 1978, p. 406). Esta autora, a partir de uma crítica à sociedade de mas-

sas (que caracteriza como degenerescência da democracia e génese do totalitarismo), acaba por pôr em causa o próprio sufrágio universal e sugere a necessidade de criação de novas formas de elitização, em termos de acção e participação políticas[3]. Pissarra Esteves explica o fenómeno explica desta forma: «O número dos que emitem opiniões reduz-se drasticamente, a figura do destinatário banaliza-se (o receptor como mero espectador, processado a nível de audiências) e a capacidade de resposta passa a ser fortemente condicionada por exigências técnicas e burocráticas de várias ordens» (p. 44).

Tocqueville antevira no século XIX a separação entre opinião e crítica sem conhecer o papel que os *media* viriam a representar, mas observando já o imenso constrangimento social que a omnipotência política da maioria começava a impor. Este autor considera ainda que a opinião «já não persuade com as suas convicções, apenas as impõe e fá-las penetrar nos espíritos através de uma espécie de imensa pressão exercida sobre a inteligência de cada um» (Tocqueville, 1981, pp. 17-18).

A opinião de Pissarra Esteves é que, «em função do seu carácter comercial, os *media* posicionam-se mais do lado da estabilidade, do imobilismo e do convencional do que da inovação — por mais que a sua atracção pelo 'novo' nos possa iludir» (p. 47). Em compensação, o autor deixa em aberto possibilidades de contornar esses mecanismos através de uma nova relação dos *media* com os seus públicos: «O papel importante que cabe às ciências da comunicação depende, em grande parte, da vitalidade das instâncias do público, da sua capacidade de preservar as estruturas comunicacionais e de promover a sua mais ampla generalização no tecido social: a resistência às poderosas estratégias manipulativas que lhes são dirigidas […] nos círculos informais de discussão e nos movimentos sociais que dinamizam e revitalizam a sociedade civil (com novos temas de debate, novos sujeitos de discurso e novos modos de comunicar)» (p. 52).

Finalmente, a articulação espaço público-democracia é apresentada como parte da resposta política aos problemas actuais do pluralismo. O conceito de democracia deliberativa parece ser o que melhor se adequa ao modelo que Pissarra Esteves propõe. A Internet, por potenciar o acesso à informação e por permitir a interactividade, poderá aprofundar a interacção social. Como refere o autor, «não é a interacção social que faz uma democracia, mas uma democracia é impensável sem a interacção dos seus cidadãos e uma democracia deliberativa ainda menos» (p. 194). A democracia deliberativa só será possível se for construída com base em níveis de participação efectiva dos cidadãos na vida política. No entanto, não nos iludamos face às potencialidades de um simples *medium*: «Não será certamente a Internet que pode resolver todos os

[3] Arendt (1971), *Sobre a Revolução,* Lisboa, Moraes, pp. 249 e 275.

problemas da democracia […] A hipótese formulada limita-se a reconhecer que este novo *medium* reúne condições que possibilitam um certo aperfeiçoamento da democracia» (p. 195).

Face aos perigos que a Internet pode acarretar se for apropriada por interesses particulares, Pissarra Esteves termina a sua obra com a recomendação de que sejam criadas as condições para um «serviço público de Internet», ou, pelo menos, que seja estabelecida uma protecção específica, em termos legais e administrativos, para alargar mais amplamente a sua base democrática de acesso e utilização.

Bibliografia

ARENDT, H. (1978), *O Sistema Totalitário,* Lisboa, D. Quixote.

NOELLE-NEUMAN, E. (1995 [1984]), *La Espiral del Silencio, Opinión Pública: Nuestra Piel Social,* Barcelona, Paidós.

TOCQUEVILLE (1981 [1835-1840]), *De la démocracie en Amerique,* Paris, Garnier--Flammarion.

TUCHMAN (1980), *Making News: a Study in the Construction of Reality,* Nova Iorque, The Free Press.

SUSANA SALGADO